

MEIO SÉCULO DE DEMOCRACIA REPRESENTATIVA NO BRASIL. OS PARTIDOS POLÍTICOS E SEUS PROGRAMAS RESISTIRAM? | RAUL PONT

Introdução

Com as eleições deste ano, 2026, completaremos quase meio século de sistema representativo ininterrupto no Brasil. Pode parecer pouco, mas é inédito e o maior período histórico vivido no Brasil com garantia de plena liberdade de organização partidária, nos cinco séculos de história desde a colonização portuguesa.

No século XX, o Brasil republicano viveu experiências oligárquicas e regionalizadas onde o direito ao voto ainda excluía as mulheres, os analfabetos brancos e libertos, migrantes, ou seja, a maioria da população. A República Velha não pode ser apresentada como democrática, mesmo que o direito ao sufrágio em 1989 tenha superado o voto censitário do período imperial que coexistia com a escravidão.

A Revolução de 1930, ainda que tenha substituído no governo as velhas oligarquias liberais, defensoras das ideias clássicas do liberalismo e da submissão a “divisão internacional do trabalho”, incluía entre suas bandeiras iniciais a luta por “eleições limpas”, mas o peso da relação de forças nos principais Estados fez adiar uma grande mudança ampliando a democracia.

Governo Provisório, Revolta Constitucionalista de 32 em São Paulo, Constituinte de 34 e o surgimento de correntes de opinião e ação que refletiam a polarização política na Europa (Aliança Nacional Libertadora - ANL e Ação Integralista Brasileira - AIB), levaram o governo de Getúlio Vargas a não implementar a nova Constituição e através do apoio militar instalar em 1937 o “Estado Novo”, um regime autoritário, ditatorial muito influenciado pelo pensamento de Azevedo Amaral (Da obra “O Estado Autoritário”), mas que não chegou a implementar a ideia das eleições indiretas e a crítica ao liberalismo e ao comunismo. O Estado Novo manteve um Estado forte, autoritário, sem Legislativos e com base em governos interventores nos Estados e

Municípios. O Estado "autoritário" torna-se indutor e incentivador de um projeto nacional, de industrialização e que avança também na regulação das leis trabalhistas e previdenciárias.

O fim da II Guerra Mundial, a derrota do nazifascismo europeu foram decisivos também para o fim do Estado Novo (1937-1945) no Brasil. O governo brasileiro no período final do conflito, chegou a enviar tropas para a Europa na luta antifascista, mas a contradição era flagrante. Um país autoritário, ditatorial, lutando pela democracia na Europa.

Tudo indicava a inauguração de um novo período em que o pluripartidarismo, a plena liberdade de organização política, conduziria o país para uma democracia que havia derrotado o nazifascismo.

Durou muito pouco. Em 1947, o Congresso e a Justiça, em um processo marcado por falsos argumentos (Submissão do Partido Comunista do Brasil - PCdoB à Internacional comunista), cassaram os mandatos e o registro do PCdoB, quarto partido mais votado no processo eleitoral. Mesmo assim, será a primeira e mais rica experiência de regime democrático vivida até então pelo povo brasileiro, com possibilidade de avaliar discurso e prática, programas e resultados de governos e coerência político-ideológica de seus dirigentes.

É importante registrar que as duas décadas seguintes foram de um grande processo de industrialização e urbanização do país, com profundas alterações em sua composição social, com a formação de grandes centros urbanos, de criação e ampliação das Universidades públicas e o fortalecimento das organizações sindicais.

Nos 20 anos de 1945-1965, o país vivia um crescente debate público internacional sobre a Guerra Fria e a polarização da disputa EUA e URSS. Os países de origem colonial eram pautados por essa polarização, mas também, pelas teses de um Terceiro

Mundo possível, de como romper com o subdesenvolvimento gerado por um crescimento dependente dos países capitalistas centrais. Vivia-se, também, sob o impacto da Revolução Chinesa (1949), da Guerra na Coreia, das lutas de libertação nacional na África e a Revolução Cubana (1959) cuja singularidade estratégica - a luta armada - punha em xeque as estratégias defendidas pela esquerda tradicional nos países do continente. Todos esses temas foram de grande repercussão no Brasil e América Latina, em especial, em suas vanguardas sociais.

A urbanização acelerada e o surgimento de grandes cidades produziram profundas mudanças culturais e o teatro, o cinema, a música, as artes, multiplicam o debate político dos rumos a serem trilhados.

Outro elemento importante no período foi o surgimento de governos de carácter nacional desenvolvimentista, com uma feição populista e do Estado como indutor desse crescimento, pela ausência de uma burguesia progressista e/ou partidos da classe dominante que assumissem sua direção, exemplos clássicos dessas experiências foram os governos de Lázaro Cárdenas (México) e a organização do Partido Revolucionário Institucional (PRI) já nos anos 30 e, logo depois, com Juan Perón (Argentina) e o Partido Justicialista, e no Brasil, a figura de Getúlio Vargas com o Estado Novo, mas principalmente, com sua volta ao governo via eleições em 1950 e com a crescente identificação com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

São governos de tendências populista (forte identificação do líder com bases populares), reformistas, com mudanças sociais fortes, regulação do trabalho, com crescente base social sindical e voltados para um crescimento capitalista nacional onde o Estado assumiria o papel das bases da industrialização na siderurgia, nas ferrovias e estradas, na energia, no petróleo, nas comunicações, no desenvolvimento científico e no crédito público, diante da fragilidade e/ou conservadorismo da burguesia brasileira. O nacional desenvolvimentismo aparecia também como alternativa de projeto do campo socialista ou comunista de carácter claramente anticapitalista. Estes, também, padeciam de grande fragilidade e da longa ausência de experiências partidárias democráticas que lhes permitisse crescimento orgânico,

bem como períodos longos de governos autoritários e até ditatoriais.

Para justificar a intenção do balanço atual de revisão histórica dos partidos políticos construídos nos anos 80, destacamos um aspecto do balanço anterior de 1945 até o golpe empresarial-militar de 1964 e o Ato Institucional nº 2, de 1965, que extinguiu os Partidos políticos existentes criando a ARENA e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), como o único sistema bipartidário legal e permitido.

A tendência dos resultados eleitorais não é o único indicador de avaliação, mas, sem dúvida, importante para compreender o sentido do comportamento político da população. Ou seja, quando analisarmos o meio século proposto neste artigo vamos encontrar também tendências semelhantes de comportamento eleitoral e político para avaliar o grau de coerência e identificação dos partidos com os projetos prometidos.

Primeira Experiência Pluripartidária

Os três grandes partidos pós 1945 foram o Partido Social Democrático (PSD), a União Democrática Nacional (UDN) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). O quarto mais votado, o Partido Comunista do Brasil (PC do B), teve o registro e os mandatos cassados em 1947. Na eleição de 1945, o PSD elegeu 151 deputados federais (mais de 50% da Câmara). A UDN elegeu 82 deputados e o PTB 22 deputados. O PCdoB fez 14 deputados e um senador.

Os quatro maiores ultrapassavam mais de 90% da Câmara Federal, tendência mantida ao longo do período (sem PCdoB), com inclusão nos anos 50 ao Partido Social Progressista (PSP) que oscilou entre 24 e 25 deputados, com maior peso no Estado de São Paulo.

Nesse período, há claras evidências de que o comportamento eleitoral da população apresenta uma forte relação com as mudanças socioeconômicas vividas pelo país. A tendência conservadora, o peso de sua origem na estrutura de poder do Estado Novo e

a variedade ideológica programática nos Estados, fez com que o PSD, partido dos "coronéis" do interior do país e do clientelismo político, fosse um partido declinante, apesar da capacidade de alianças eleitorais sem coerência programática. Em 1945, elegeu 151 deputados federais e, em 1962, alcançou apenas 118 deputados federais.

A UDN, apesar do caráter frentista na origem e de feição democrática de crítica ao Estado Novo varguista, logo perdeu sua ala esquerda que dará origem ao Partido Socialista Brasileiro (PSB) e assumiu, crescentemente, a visão liberal, alinhada com a Guerra Fria e o anticomunismo e passou a expressar identidade com a política dos EUA e de um capitalismo associado e dependente, com força nos setores sociais beneficiados com o crescimento das relações capitalistas nos grandes centros. Essa postura elitista, afastada das lutas nacionalistas e populares, fez com que permanecesse entre 82 deputados (1945) e 91 deputados (1962) sem acompanhar o ritmo de crescimento da população e da Câmara Federal. A busca recorrente aos quartéis e na defesa de ações golpistas foi crescente até 1964.

O comportamento eleitoral do PTB, nesse período, foi o mais significativo e consequência direta das lutas populares e nacionalistas. Em 1945, elegeu apenas 22 deputados federais e era um partido com forte identificação sindical e trabalhista. No RS, muito marcado também pelo socialismo humanista de Alberto Pasqualini.

Na campanha de 1950, com a volta de Getúlio Vargas, o PTB dobra sua representação parlamentar e Vargas diminui seus laços com o PSD e passa a ser referência crescente do trabalhismo, trajetória cortada com a ameaça de golpe, pressão enorme da mídia pela renúncia e o suicídio em 1954.

A morte de Getúlio foi uma comoção nacional. A reação popular, as invasões pela população dos órgãos de imprensa identificados como golpistas, a simpatia e identidade popular com as grandes lutas como a criação da Petrobras atrasaram uma década o plano golpista, mas, também, evidenciou que Vargas não tinha o apoio da burguesia brasileira em seu projeto de um capitalismo autônomo, nacional, não alinhado ao bloco imperialista.

No Rio Grande do Sul, o governo de Leonel Brizola (1959-1962) levou a cabo a criação da CRT (telefonia), da CEEE (energia elétrica), o fortalecimento do crédito público e grandes reformas na educação pública, nos serviços e promoveu iniciativas sensíveis com distribuição de terras. No Estado, a disputa do PTB já encontrava a resistência unificada do conjunto dos partidos conservadores, mesmo assim o governo gaúcho teve a iniciativa e encontrou respaldo popular para a grande resistência vitoriosa do "Movimento pela Legalidade" em 61, que garantiu a posse de João Goulart com a renúncia do presidente Jânio Quadros.

Em 1962, o PTB, já sob liderança de Goulart e Brizola, elege 116 deputados federais e caminha para ser o maior partido do país, visto como o Partido das "Reformas de Base", das grandes lutas nacionais, como foi a campanha do "Petróleo é nosso" e a criação da Petrobras, a nacionalização de serviços públicos e das conquistas de direitos sociais. Ou seja, em duas décadas, a experiência, a luta e os resultados alcançados vão consolidando um Partido, uma frente política de forças sociais, em torno de um projeto político que apresentava resultados e apontava para um futuro, para um horizonte mobilizador.

Esse crescimento foi, sem dúvida, uma das razões do golpe empresarial-militar de 1964, com apoio aberto do imperialismo dos EUA e de setores religiosos (Tradição, Família e Propriedade - TFP) e da cúpula da Igreja Católica. No ano seguinte, o Ato Institucional nº 2 desmascara o discurso liberal e de defesa da democracia "contra o comunismo" do governo militar golpista. Os partidos políticos são fechados, impõe-se um bipartidarismo de fachada e o poder discricionário dos Atos Institucionais consolida um longo período ditatorial no país.

Com os parlamentos domesticados pelo bipartidarismo, os sindicatos sob intervenção, a imprensa sob censura e a resistência sobrevivendo na clandestinidade, a ditadura terá sua primeira oposição massiva nas organizações estudantis, nos movimentos culturais da música, do teatro e do cinema e nas pastorais de jovens e comunitárias de base da Igreja Católica.

Essa geração cumpriu uma dupla tarefa pois além da resistência e das lutas reivindicatórias e de denúncia, tinha que decifrar o golpe militar, compreendê-lo em todas suas dimensões e realizar uma avaliação crítica e autocrítica de seus protagonistas, partidos e classes sociais, e dos que foram derrotados e sofreram suas consequências.

Isso implicava uma crítica e oposição aos golpistas e seus aliados, partidos e classe social, mas também, uma revisão profunda das teses de alianças de classes, de apoio irrestrito a lideranças populistas, de setores nacionalistas na burguesia e nas forças armadas que no momento do Golpe alinharam-se com este e com o imperialismo. Foram protagonistas da derrubada de um governo eleito.

O ocorrido demonstrava que a burguesia brasileira em sua grande maioria não estava identificada com as teses reformistas do trabalhismo nem estava disposta a superar o subdesenvolvimento como o grande entrave aos países de origem colonial. Com o apoio das Forças Armadas, de amplos setores da classe média, da cúpula da Igreja Católica e das entidades empresariais, os golpistas preferiam o crescimento associado e dependente ao imperialismo e à Guerra Fria, e com isso renunciavam a jovem experiência democrática em construção nas décadas do pós II Guerra Mundial.

Para justificar seu anticomunismo, ideologicamente, o golpe apresentava-se como salvador da democracia e dos princípios liberais, daí a contradição com a extinção dos partidos e o bipartidarismo imposto a partir de 1965, simultaneamente, ao fim das eleições majoritárias nos Estados, nas capitais e em grande número de municípios considerados áreas de segurança nacional.

A crescente repressão, o temor das cassações e a censura dificultavam o debate de uma reorientação estratégica da luta social no país. Esse questionamento foi para a clandestinidade, para o exílio e para o movimento estudantil que ainda desfrutava

de um espaço universitário com condições de absorver esse debate de revisão das teses predominantes na esquerda até então acerca da aliança com o trabalhismo e com os ditos setores burgueses reformistas por um projeto de capitalismo nacional.

No campo da esquerda, os partidos comunistas, mesmo proibidos e na ação clandestina, estavam alinhados também nessa estratégia com a chancela do stalinismo dominante na União Soviética e na sua política internacional.

As condições para esse debate eram muito adversas: ditadura, clandestinidade, censura, exílio, pouca análise crítica sobre a formação social histórica do país e da América Latina, mas paralelo a resistência e a denúncia da ditadura, esse debate ocorreu, principalmente, no meio acadêmico e no meio estudantil através de suas entidades também postas na ilegalidade como a UNE e as UEEs estaduais. Seus encontros e congressos transformaram-se em espaços de debate e repercussão das correntes de esquerda do país.

Os PCs sofreram cisões, em especial o PCB, que teve dissidências organizadas em SP, RJ, RS e outros estados. A esquerda cristã, a Ação Popular (AP), forte na UNE e no movimento estudantil também sofrerá cisões e até adesão ao marxismo. A Organização Revolucionária Marxista - Política Operária (ORM-Polop), já crítica à política de aliança de classes antes de 64, também sofrerá cisão, sobre a oportunidade e a estratégia da luta armada, diante de uma ditadura cada vez mais repressiva, principalmente após o Ato Institucional nº 5 (1968) que levou a nova onda de cassações, extinção dos direitos e prerrogativas individuais, do habeas corpus, do fechamento do Congresso e da organização dos mecanismos clandestinos de repressão para sequestro e tortura através de comandos militares (DOI-CODI e OBAN).

O objetivo aqui não é aprofundar a análise sobre essas cisões e busca de alternativas estratégicas para a esquerda. Nossa contribuição, depois de uma rápida análise do quadro partidário (1945/65), é buscar entender o quadro atual, resultado da crise do

regime militar, de anistia, do fim do bipartidarismo e da reorganização partidária ocorrida em 1979/80 e que está próxima de alcançar meio século.

Identificar o debate e a reorganização da esquerda no final dos anos 60 e na década seguinte objetiva estabelecer as principais tendências e os processos vividos no período de revisão da história e das estratégias adotadas para facilitar a compreensão do momento de reconquista democrática nos anos 80.

Mesmo com a evidência do golpe empresarial-militar de 64, as teses de busca de aliados para um projeto nacional desenvolvimentista não terminaram. O PCB, então principal força no campo de esquerda, após as cisões sofridas, deu ênfase ao trabalho de ocupação de espaços na luta parlamentar que sobrara pós bipartidarismo e nas contradições que isso gerava com um MDB forçosamente de oposição nos limites do regime.

As correntes que assumiram a luta armada, pelo curto espaço de sobrevivência, não tinham como objetivo principal fazer essa revisão sobre a luta de classes e a formação socioeconômica do Brasil. No caso do PCdoB, a visão da luta prolongada e áreas sob hegemonia no campo, não alterava a ação urbana e global da corrente na busca de uma aliança ampla anti-imperialista e antiditadura.

As correntes que mais desenvolveram esse debate sobre a identificação da formação social brasileira foram a Organização Revolucionária Marxista - Política Operária (Polop) e o Partido Operário Comunista (POC) que defendiam que o caráter da revolução no Brasil era socialista e que à esquerda cabia dar os passos nessa direção a começar pela construção e independência de classe de um Partido de trabalhadores com programa nitidamente socialista. Esse debate ocorria também, em cisões dos PCs, como o PCBR, a Ala Vermelha e grupos trotskistas que se organizavam no Brasil. Isso não era unânime, pois apesar da origem e da denominação, os partidos comunistas defendiam uma etapa de luta anti-imperialista e antioligarquias agroexportadoras (vistas como resquício feudal) em alianças com setores da burguesia

industrial para viabilizar um capitalismo nacional no Brasil. O resultado dessa concepção era a subordinação ideológica e programática dos trabalhadores aos limites dos programas social-democratas e do populismo desenvolvimentista.

Esse debate e suas decorrências orgânicas esteve presente em todo o período de resistência dos anos 60 e 70 à ditadura militar pelas forças políticas de esquerda que sobreviviam à clandestinidade e à repressão e ao exílio.

O fato de a ditadura brasileira ter mantido um bipartidarismo consentido e de fachada, acabou incidindo nesse debate pois a condição de oposição do MDB faz deste um canal de reivindicações locais, regionais ou de porta-voz de temas de denúncias, direitos humanos ou de busca de apoio e solidariedade a movimentos sociais perseguidos ou desamparados.

Apesar da propaganda e do oficialismo e total cumplicidade dos grandes meios de comunicação, a manutenção do calendário eleitoral tornou-se uma dor de cabeça permanente ao regime. Nas eleições de 1974 o voto popular vai como protesto para o MDB e a ARENA sofre um duro revés já apontando para uma mudança de maioria e minoria em breve. A dimensão do país, a complexidade dos problemas sociais, o controle ditatorial dos cargos majoritários fez com que o MDB perdesse seu bom comportamento e aparecesse com parte de seus quadros como oposição efetiva nas Câmaras, Assembleias e no Congresso Nacional. A esquerda muda sua tática do voto nulo como denúncia da fraude eleitoral e passa a ocupar brechas nesses espaços com candidatos comprometidos com movimentos, com lutas como a anistia, a denúncia das prisões e torturas e pelos direitos humanos. As reivindicações mais sentidas nos grandes centros como moradia, transporte, escola e o custo de vida passam a ser bandeiras eleitorais de candidaturas comprometidas com essas lutas.

Espaços das Casas legislativas voltam a ser locais de debate, de reivindicações e as lutas pela anistia, pela volta dos exilados, pela liberdade sindical já apontam no sentido do questionamento também do bipartidarismo imposto em 1965 pela

ditadura.

As mudanças no MDB e a eleição de opositores "autênticos", "históricos" e a ocupação de espaços parlamentares por militantes da esquerda clandestina acabam reforçando a tese das frentes amplas contra os governos e junto às teses de alianças de classes contra inimigos comuns ou, simplesmente, "contra a ditadura".

Ao longo dos anos 70 foi surgindo uma imprensa pequena, mas alternativa. Periódicos impressos que escapavam dos limites da ditadura, ainda que sofressem também os cortes e perseguições da censura existente na grande imprensa que já não conseguia se conter na autocensura.

Mesmo com dificuldades, essa imprensa alternativa (Opinião, Movimento, Versus, Em Tempo, Coojornal etc.) cumpriu um papel importante na reorganização e reencontro dos grupos regionais e municipais que sobreviviam na clandestinidade ou estavam sujeitos aos limites do Parlamento ou de instituições de prestação de serviços, de auxílio mútuo ou de entidades associativas e passam a ter um acompanhamento dos problemas nacionais e da identificação dos protagonistas de lutas importantes.

A reorganização da UNE (75/76), os Encontros Setoriais Universitários, inclusive as reuniões da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) substituíram a ausência de organizações partidárias e criaram os espaços para socializar experiências e unificar ações nacionais no combate à ditadura. O papel decisivo

nesse processo foi o novo sindicalismo que cresceu com as grandes indústrias do setor automotivo na grande São Paulo e em outras capitais, assim como a luta pelo direito à sindicalização dos trabalhadores do setor público que criaram as condições para unificar lutas e massificá-las com a Intersindical, embrião da luta pelas centrais sindicais.

A conquista da Anistia, mesmo com a derrota parcial de estendê-la para os algozes e responsáveis pelos crimes e agressões aos direitos humanos, junto com as massivas

manifestações da luta sindical por reivindicações e o direito à sindicalização dos anos 1978/1979, foi seguida pelo fim do bipartidarismo e o retorno dos exilados e dos que viviam na clandestinidade.

Estava aberta a possibilidade de reorganização partidária e de conquista efetiva de plena liberdade de organização para qualquer corrente político-ideológica.

Meio Século de Reconquista Democrática (1980 - 2026)

A Anistia e o fim do bipartidarismo fazem parte da abertura "lenta, gradual e segura" de que o regime militar, graças à conivência que encontravam no Parlamento, preparava a saída de cena. O mandato de João Figueiredo continuava saindo dos quartéis e a reorganização partidária se dará sem Constituinte exclusiva prévia e o sistema eleitoral o mesmo que vinha servindo ao regime autoritário. Pior, o processo será marcado ainda pelo casuísmo do "voto vinculado", invenção Golberyana para atrasar ainda mais qualquer demonstração da perda de apoio da ditadura.

Depois de duas décadas, os Partidos Políticos iriam recuperar sua curta experiência de 1945 a 1965? Os projetos para o país, os programas eleitorais iriam retomar o fio da História rompido com o golpe (64) e com a extinção dos Partidos em 1965?

Os anos de 79 e 80 foram marcados pela transição e reorganização dos Partidos. O sistema bipartidário resistirá à complexidade do Brasil do "milagre brasileiro" (crescimento acelerado dos primeiros anos pós golpe), da urbanização, da crescente integração e subordinação à lógica imperialista, agora dominada pela globalização do capital e que prometia um novo salto de crescimento?

Sem Constituinte, com o Executivo indicado nos quartéis e com mandato até 1985, com as mesmas "regras do jogo" que vinham do regime e mais, com a manobra do "voto vinculado" (obrigatoriedade do voto legislativo e executivo no mesmo partido sob pena de nulidade), as eleições de 1982 estavam pré-determinadas pelo "voto útil".

Os sucessores da Arena e do MDB estavam fadados à vitória de antemão. Dos 479 deputados(as) federais eleitos, o PDS (sucessor da Arena) elegeu 235 e o PMDB, 200 deputados(as). O PDT, liderado por Leonel Brizola e com o objetivo de reorganizar o trabalhismo alcançou 23 deputados(as) e a sigla histórica (PTB) agora na mão dos aliados do golpismo elegeu 13 deputados(as). O quinto partido a disputar as eleições, o PT, foi a maior vítima do "voto útil" elegendando apenas 8 deputados(as) federais. O regime tinha mais uma etapa sob controle e isso ficará evidente quando essa legislatura derrotará a maior campanha de massas que o país já conheceu, as "Eleições Diretas já" em 1984.

O "prêmio consolação" foi a volta da eleição direta nas capitais e nos municípios, casuisticamente classificados como "áreas de segurança nacional" e, em seguida, o fim do "voto vinculado". Abria-se a porta para uma reorganização partidária mais realista, mais programática, exigindo dos partidos maior definição ideológica frente ao país e o mundo que acelerava a conversão capitalista ao neoliberalismo a partir das experiências dos EUA e da Inglaterra, os grandes seguidores e porta-vozes dos encontros do Fórum Econômico Mundial, de Davos, na Suíça.

Somava-se a isso, no Brasil, a luta pela Assembleia Nacional Constituinte. Derrotado nas "Diretas já", o movimento popular e de esquerda engaja-se na Campanha da Constituinte Exclusiva e Soberana fortalecido pelo crescimento potencial demonstrado nas eleições das capitais de 85 e na preparação das eleições gerais de 1986, sem voto vinculado e com a possibilidade do caráter Constituinte exclusivo nessa eleição.

Assim como vimos no período 1945/65, as tendências do capitalismo mundial cobram sua força determinante e no Brasil isso se reflete rapidamente nas eleições de 1986. O "maior partido do Ocidente", como na ditadura se apresentava a ARENA e mantivera a hegemonia em 1982 graças aos casuísmos eleitorais, sofre sua grande derrota e cisão. Afinal, a ditadura brasileira foi autoritária, golpista, ferrenhamente antidemocrática e antissocialista, mas não era neoliberal. Por um lado, pagava o preço das teses nacional-desenvolvimentistas, ideologicamente fortes na década dos

60 para o combate ao subdesenvolvimento e por outro seu projeto de "Brasil Grande Potência" não podia dispensar o papel do Estado na construção da infraestrutura, das comunicações, dos serviços públicos essenciais ao crescimento econômico. O fortalecimento da Petrobras, seu setor petroquímico, a energia elétrica, o BNH, a indústria bélica, os bancos públicos, o papel do planejamento com planos quinquenais etc. Em suma, todas questões alheias à imbecilidade neoliberal dominante nos tempos atuais.

O Partido da Frente Liberal (PFL) elege 118 deputado(as) federais e junto com o Partido Liberal (PL) são os arautos do neoliberalismo e da defesa do projeto de fim das regulações, do Estado Mínimo, da liberdade de exploração máxima do trabalho, do rentismo financeiro. Manteve-se como força política durante FHC, mas entrou em declínio no início do século. Trocou denominação para (DEM) Democratas e hoje compõe o União Brasil (UB) com setores do PSL e do PTB, pois caminhavam para a extinção.

O PDS elege apenas 33 deputados(as) e ainda tentará mudanças de siglas, como PPR e, atualmente, Progressistas em flagrante contradição com o discurso na TV de seus dirigentes atuais que se afirmam como o verdadeiro "partido conservador de direita do país". Ainda se reivindicam do regime militar, mas, contraditoriamente, são neoliberais de fato. Dividido regionalmente, é uma força política declinante no país.

O grande vitorioso de 1986 é o PMDB. O capital político que trazia da resistência democrática durante a ditadura foi suficiente para ser maioria absoluta no Congresso Constituinte em 1986, com 260 deputados(as) federais. Seu grande atrativo, ampla frente democrática, foi responsável por não termos uma Constituinte exclusiva e soberana e sim um Congresso Constituinte com deputados e senadores já pré-condicionados as duas casas e com a manutenção de várias instituições que vinham da ditadura intocadas como o bicameralismo, com o sistema eleitoral do regime anterior, com a segurança pública, a magistratura que vinham do regime autoritário. A conquista da "Constituição de Direitos" em 1988 era insuficiente para dar conta do

conjunto de conflitos e contradições que o país vivia. Mesmo com maioria absoluta durante o Congresso Constituinte e com a presidência da República, na transição do regime militar para um Estado de Direito pleno, a frente democrática (do PMDB) não possuía unidade para transformações mais profundas e o peso da ideologia neoliberal também alcançava os governos do PMDB nos Estados. Mesmo sendo um partido nacional, implantado em todo o país, na eleição seguinte perde mais da metade dos seus deputados(as) federais (de 260 para 108). Mesmo considerando a formação do PSDB, ao qual fornece o maior contingente, a derrota do PMDB foi acachapante. Um declínio constante que hoje não alcança nem 10% da Câmara Federal, incapaz de formular um projeto de representação social que lhe garanta solidez orgânica. Outra força política rendida à visão neoliberal, numa trajetória de extinção.

O campo trabalhista que se reivindicava do projeto anterior (1945/1965) viveu a crise de 1979/80, com a disputa da sigla, herança do getulismo, do brizolismo. Mesmo prejudicados pela ditadura, ambos partidos ressurgiram em 1980, alcançaram espaços semelhantes e tiveram seu pico na eleição de 1989, quando Leonel Brizola disputou a presidência, mas foi superado por Lula na disputa do 2º turno com Collor de Mello. As duas forças após os 90 foram declinantes e, recentemente, o PTB fez sua fusão ao União Brasil, cujas origens e programa, nada tem a ver com o trabalhismo.

Qual a razão do trabalhismo, mesmo durante um período após o fim da ditadura ter a liderança de Brizola e, inclusive, governos importantes no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul, não ter recuperado o protagonismo que viveu nos anos 50 e 60 do século passado? A resposta a essa questão tem a ver com a análise feita anteriormente sobre a revisão histórica que a esquerda brasileira fez após o golpe de 64. A derrota naquele momento foi meramente conjuntural, de relação de forças, da ação imperial dos EUA, da ação das Forças Armadas do Brasil?

A história nos mostra que a integração do país ao capitalismo mundial já naquele momento revelava que a classe dominante brasileira estava associada de tal forma

ao capital internacional que não tinha interesse ou de correr riscos de ruptura com esse sistema capitalista na direção de uma real autonomia nacional ou um projeto de ruptura com essa dominação imperialista.

Assim, partidos do campo popular, democrático, socialista necessitam organizar uma força própria, independente, com projeto efetivo de ruptura da dominação capitalista, do subdesenvolvimento, de defesa do multilateralismo, de uma verdadeira soberania nacional, junto ao povo trabalhador da cidade e do campo para essa tarefa ou ela não se realizará. Ou seja, precisamos de uma força política que unifique esse campo popular, democrático. Um Partido ou uma Frente política de partidos que tenham essa estratégia histórica e assim a unidade e o projeto necessário para essa transformação. Não será com partidos que defendem o sistema capitalista mundial e como se expressa aqui e na América Latina que vamos alcançar isso.

Quando nossos partidos se rendem à lógica do capital, e não apresentam alternativa, sobrevive e vence a lógica do mercado, da acumulação capitalista.

Essa contradição, esse conflito é que vem ocasionando a crise dos partidos do campo popular ou que estiveram na Frente da luta democrática no MDB e acreditam que as alianças, os governos da coalizão podem levar a cabo as transformações necessárias.

No pós II Guerra Mundial, as potências do capital afirmavam que era possível estender ao mundo um "Estado de Bem-estar Social" que o capitalismo construiu. A ONU e os organismos internacionais acabariam com as guerras, com as invasões ou agressões ao "livre direito de autodeterminação dos povos" e a "soberania das nações seria garantida e respeitada". O governo imperialista de Trump e seus aliados agredem diariamente esses princípios. Com sanções econômicas, com "tarifaços" invadem, sequestram e/ou assassinam milhares de pessoas, com que direito?

Além da interpretação histórica, da lógica mundial do capitalismo, do comportamento das classes sociais e das particulares de cada país, a questão envolve também a construção e a vida interna dos Partidos. Sem democracia interna, sem debate e formação permanente, sem filiação e recrutamento de quem pretende organizar e representar, os Partidos são vítimas de processos de burocratização, de perda de referencial programático e de compreensão do caráter internacional da luta dos trabalhadores no capitalismo.

Outra força que buscou a identificação com a social-democracia histórica, o PSDB, dissidência da crise que vivia o PMDB pós governo Sarney, teve um crescimento sensível nos anos 90 durante os governos de FHC, mas, simultaneamente, viveu seu declínio com a mesma rapidez e uma crise profunda de identidade. Assim como na Europa, a social-democracia em sua versão brasileira foi protagonista da aplicação da globalização neoliberal. Sem bases sociais populares ou nos sindicatos, o PSDB em 94 elegeu 62 deputados(as) e em 98 saltou para 99 deputados(as), quase 20% da Câmara. No entanto, o combate à inflação, o Plano Real era insuficiente para transformá-lo no defensor de interesses sociais dos trabalhadores e sua derrocada foi na mesma dimensão, rendido ao programa neoliberal, divisões regionais profundas e no caminho da extinção ou de Federação que lhe permita superar a cláusula de desempenho eleitoral. Pior, nos anos 1990, foi responsável direto pelo processo de desindustrialização do país e pela “privataria” das empresas públicas.

Hoje compõe federação com o que restou do histórico PCB, que depois de disputar eleições a partir de 1986, mudou programa e denominação para Partido Popular Socialista e mais tarde Cidadania. A federação atual com PSDB tem a carga da identidade programática neoliberal.

No campo da esquerda, partidos que existiram na experiência anterior de 1945/65, Partido Socialista Brasileiro (PSB) e Partido Comunista do Brasil, este reorganizado no início dos anos 60, por cisão com o PCB, a partir de 1986, passaram a disputar o

processo eleitoral e eleger representantes na Câmara Federal, com bancadas pequenas, mas permanentes e expressivas de trabalho político constante. Nas primeiras décadas, ambos apostaram pouco na política de organização independente e com projeto próprio para o país. Buscaram crescer com alianças políticas que dificultaram a manutenção da identidade própria.

O Partido dos Trabalhadores (PT) nestas quatro décadas de novo pluralismo democrático foi o que apresentou maior semelhança com a experiência anterior onde destacou-se pelo crescimento o PTB (1945/65). O PT, fruto do "novo sindicalismo" (1982), fez apenas 8 deputados(as), 16 em 1986, 35 em 1990, 49 em 1994 e 91 deputados(as) em 2002, na primeira vitória de Lula à presidência da República. Isso expressava um crescimento sólido por vitórias em várias capitais, municípios grandes e pequenos espalhados pelo país e inclusive governos estaduais. As vitórias representavam a identidade com reivindicações e lutas há anos sufocadas no país e um crescimento numérico de filiações e de enraizamento partidário. A vitória de Lula, porém, não foi acompanhada por vitórias legislativas correspondentes e isso se repetia nas vitórias nos Estados e municípios. Ou seja, o sistema eleitoral que veio da ditadura sem mudanças em 1988, na nova Constituição, demonstrava suas imperfeições. Não garantia e não garante governabilidade aos Executivos. O voto nominal, o financiamento privado e empresarial permitido, a desigualdade do voto da cidadania para a Câmara

Federal com piso e teto para a representação dos Estados, independente do nº de eleitores, inviabilizam o presidencialismo brasileiro. Enfim, Lula ou qualquer presidente pode ser eleito, mas sem garantia de governabilidade. Os 91 deputados(as) federais e os poucos senadores eleitos em 2002 não davam, nem com aliados, condições de maioria, de governabilidade.

Os debates no PT e no governo, por maioria, decidiram por governos de coalizão com outros Partidos, mesmo que não tivéssemos identidade para governar. Essa política foi seguida nos demais governos até o golpe de deposição da Presidente Dilma sem nenhuma ação de responsabilidade que o justificasse. Ao longo dos quatro mandatos

presidenciais apesar das políticas públicas implementadas, nas eleições legislativas o Partido não suplantou nenhuma vez o número de deputados eleitos em 2002, mostrando que o sistema eleitoral é montado para não garantir governabilidade e, com a criação das emendas parlamentares impositivas torna o país ingovernável.

O objetivo do texto é contribuir para uma compreensão maior do processo político e partidário vivido pelos brasileiros, comparando períodos e sistematizando este último de 1980 até hoje. Não vamos retomar as crises vividas no episódio do famigerado "mensalão", nem as montagens posteriormente desmascaradas da "Lava Jato", do golpe no mandato da Presidente Dilma ou da prisão de Lula para impedi-lo de concorrer em 1918.

O objetivo aqui é conhecer essas experiências democráticas limitadas que vivemos e tirar daí as melhores lições para a disputa atual ser feita e vitoriosa. Nesse sentido, **quais os elementos mais marcantes das experiências democráticas vividas no país, no período de 1945/65 e o atual pós-1980 até os dias de hoje:**

a) A pouca vigência democrática entrecortada por governos oligárquicos, autoritários e ditatoriais ao longo do século XX, herança de um passado colonial e escravocrata. Com algum rigor, podemos afirmar que essas últimas quatro décadas e meia se constituem **na primeira e principal experiência democrática do povo brasileiro** com base no liberalismo político europeu e seus limites de classe.

b) **A evidente incapacidade da classe dominante brasileira de formular um projeto próprio de desenvolvimento nacional autônomo e capaz de hegemonizar o conjunto da sociedade.** A histórica dependência e associação com o capital internacional impediram qualquer tentativa de avançar nessa direção. Entre o desenvolvimentismo nacional varguista dos anos 50 e o golpismo da UDN, a classe dominante não vacilou em defender o golpe, atacar a democracia liberal, fechar o Congresso e entregar o poder às Forças Armadas e manter a submissão ao Império

dos EUA. Nem PDS, nem PFL, nem PMDB constituíram-se como uma alternativa sólida e de legitimidade nacional para liderar um projeto político. Todos em declínio e/ou abandono de identidade, como o efêmero PSDB cujo rótulo tentava esconder seu conteúdo neoliberal.

c) **Nos dois períodos evidencia-se a secundarização democrática e, com a adesão ao neoliberalismo, seu abandono por completo.** O predomínio do indivíduo sobre a sociedade resultou na defesa da liberdade sem freios, em um retorno à lei da selva, mas em plena revolução tecnológica da robotização e do mundo digital. Na primeira fase, os golpes clássicos: cassação de mandatos e partidos, o suicídio de Vargas em 54, o questionamento da posse de JK, o impedimento da posse de João Goulart (1961) e o golpe empresarial-militar de 64. Na segunda fase é a 'lawfare' com cumplicidade judicial com Dilma e Lula, o questionamento do processo eleitoral eletrônico, o neofascismo sem projeto nacional, alicerçado no indivíduo, no mito salvador, na intolerância religiosa fundamentalista e na submissão ao império neoliberal, sem nenhum compromisso democrático.

d) **A defesa da democracia é tarefa central dos trabalhadores e seus partidos.** Identificada, historicamente, com o ideário liberal e republicano, a democracia burguesa não foi além do sistema representativo clássico e seus limites como o voto censitário, o impedimento do voto das mulheres e analfabetos, os processos eleitorais indiretos ou não proporcionais como o voto distrital. Hoje, mais do que nunca, essa tarefa é essencial para a defesa dos direitos alcançados e de conquistas civilizatórias atualmente em risco diante dos ataques neoliberais. Sua defesa é fundamental também na disputa do espaço nacional diante de um mundo dominado por instituições internacionais não eleitas, burocráticas e capturadas pelo capital.

A luta democrática dos trabalhadores e produtores, da cidadania, precisa ir além da mera representação eletiva das instituições parlamentares. Precisa ser substantiva, participativa, direta no cotidiano da vida social, nos orçamentos públicos até nos espaços de trabalho, da educação e da produção e dos serviços.

Sem a compreensão estratégica da luta democrática não avançamos na construção da participação popular, da participação direta e na criação de novas instituições que superem, que vão além das instituições burguesas atuais burocratizadas, corrompidas e eivadas de privilégios das quais é necessário se distinguir e apontar alternativas.

e) Outra lição dessas experiências é que **não há avanço democrático nem luta social transformadora, sem organização de vontades coletivas de milhões de pessoas unidas em torno de projetos comuns, ou seja, dos partidos políticos,** essenciais para o exercício e os resultados do processo político.

Partidos com identidade programática, com coerência entre discurso e prática, ação própria e nas alianças partidárias, com democracia interna e respeito às decisões coletivas.

Nesse sentido, no primeiro período há uma maior estabilidade do quadro partidário e um comportamento compreensível, com poucos partidos e identificados com as principais tendências do debate político da época. Um centro conservador declinante expresso no PSD, o liberalismo clássico e pró EUA da guerra fria proposto pela UDN com estabilidade numérica e o PTB como força política das "reformas de base", das reivindicações populares e de um nacional-desenvolvimentismo, com crescimento regular e permanente em todo o período. A fase pós ditadura expressa um quadro diferente, mais complexo e de profundas mudanças internacionais. A globalização e a internacionalização do Capitalismo alteram a relação clássica do imperialismo sem que tenha cumprido a expectativa do "Estado de Bem-Estar Social" em escala mundial. O neoliberalismo globalizou a economia, mas exigiu, rapidamente, a desregulamentação e a retirada de conquistas alcançadas nas lutas sindicais e nas conquistas de direitos sociais pela via democrática. E agora liquida com a convivência pacífica entre as nações e o direito civilizatório alcançado com o princípio de autodeterminação dos povos.

Por outro lado, a crise do socialismo na URSS e no leste europeu gerou uma ausência de referência ideológica e programática que atingiu a esquerda mundial, em especial, aos partidos comunistas, mas também aprofundou a crise da socialdemocracia europeia levando-a a render-se ao neoliberalismo.

No Brasil, a reorganização partidária pós 1980 viveu os reflexos dessa crise de referências. Os grandes partidos pós 1982, PDS, PMDB, PFL rapidamente entraram em declínio eleitoral. O trabalhismo (PDT, PTB) não recupera sua força anterior e o PT ainda é pouco expressivo eleitoralmente, mas aparece como força crescente, inovando o quadro partidário pela nitidez de representações, ("partido de trabalhadores", "partido sem patrões"), sólida direção sindical e com definição programática no campo socialista (ver números no ANEXO final).

Nesse período, o PRN de Collor de Mello durou uma eleição (1990). O PSDB, junto com PMDB, sustentou o governo FHC e teve seu pico em 98, foram os responsáveis pela adoção do neoliberalismo e dos ataques e desmontes do Estado brasileiro. O "caçador de marajás" foi deposto como corrupto e FHC como o líder da "privataria Tucana". O PRN desapareceu e a "social-democracia" está em lenta e segura extinção.

A sigla que serviu de Partido para Bolsonaro em 2018, o PSL, que possuía 1 deputado ao longo da década, elegeu 52 deputados, mas o Partido não sobreviveu a uma eleição, desapareceu logo e em 2022 já não mais existia.

Ou seja, siglas distintas, identificações falsas, mas todos serviços do capital, praticantes do neoliberalismo e eleitos pelo poder econômico, pela mídia e propostas salvadoras através de mitos e da propaganda baseada em preconceitos e intolerâncias vazias de conteúdo político para um país laico por sua Constituição.

Hoje, apenas dois partidos superam 10% da Câmara Federal (PT e PL) e mais de 40% das siglas com número de deputados ou votações em 2022 abaixo da cláusula de

desempenho estabelecida na legislação eleitoral para 2026. Na "janela de março" deste ano eleitoral, mais de 100 deputados(as) (20% da Câmara Federal) trocaram de partido. Sem nenhuma consulta, sem nenhuma justificativa ao poder soberano do voto popular que lhe concedeu um mandato. Ou seja, exemplo claro da crise profunda de representação, de legitimidade do sistema representativo partidário que temos no país. Siglas as mais variadas, mas todas com o mesmo projeto neoliberal, de defesa de um capitalismo rentista financeiro e de profunda exploração e crescente desigualdade social. Inclusive, siglas assentadas em cultos religiosos que pregam uma visão teocrática da política, em flagrante contradição com o caráter laico, republicano, do Estado brasileiro. Conforme o Observatório do Legislativo Brasileiro (OLB) da UERJ (n.5/2022), a Frente Parlamentar evangélica agrupa mais de 150 deputados. Os maiores partidos com presença são o PL, Republicanos, PSD, União, MDB e PP.

f) Outro aspecto que se evidencia nos dois períodos é **o crescimento sensível dos partidos com maior nitidez programática e com uma visão de horizonte futuro**, isto é, com um programa que aponta mudanças imediatas, mas também uma perspectiva de futuro. Foi assim com o PTB (1945-65) cuja ascensão a maior partido do país foi acompanhada de lutas e conquistas imediatas, mas estavam inscritos numa visão de longo prazo. O conjunto das "reformas de base" que o país requeria e o projeto maior de um "nacional desenvolvimentismo", de não subordinação à lógica imperialista da Guerra Fria. Uma visão "terceiro mundista" que possuía parceiros (Egito, Indonésia) e apontava à unidade da América Latina.

O PT vive situação parecida nas duas primeiras décadas, com um crescimento acelerado, praticamente dobrando a cada eleição, como um partido novo, classista, profundamente democrático, ligado às lutas sociais e incorporando questões até então fora da política como o feminismo, o antirracismo, os movimentos LGBT, com ricas experiências de democracia participativa nas administrações que conquistou e, inclusive, uma visão de estratégia de um socialismo democrático, distante das experiências do leste europeu.

Não sofremos um golpe ditatorial como 1964, mas fomos atingidos por outros fatores poderosos. A crise ideológica e política com o fim da experiência soviética e a ofensiva ideológica de valores neoliberais propagandeados pela mídia monopolista materializou-se nas ações dos governos liberais de forma avassaladora, com a liquidação das empresas públicas nos serviços, na produção e que poderiam integrar um projeto de desenvolvimento com controle público. Os meios de comunicação, os centros de difusão empresarial, as escolas, as igrejas fundamentalistas e a inflação de siglas partidárias encarregaram-se de difundir o ideário do individualismo, do Estado mínimo, da desregulamentação do trabalho, do fim da seguridade social e da negação da política, da democracia como espaço maior da solução dos problemas sociais.

As vitórias eleitorais do início do século não foram suficientes para enfrentar essa situação. A tese vencedora no Partido e nos governos pós 2002 de "governabilidade via alianças congressuais" e a manutenção das "regras do jogo" do sistema eleitoral (voto nominal, emendas parlamentares, financiamento privado, desproporcionalidade na Câmara Federal etc.) e a subordinação do Partido à lógica e as alianças governamentais completam o quadro de crise de referência e de identidade programática.

Esse é o grande desafio a enfrentar. A recuperação de um projeto global, permanente, de transformação social, que oriente o Partido nos governos próprios ou de coalizão e o mantenha com sua identidade programática nas lutas sociais do povo brasileiro.

O fio condutor desse projeto é **a participação popular direta, organizada e deliberativa na gestão pública dos nossos governos, a plena elaboração e execução orçamentária do regime presidencialista brasileiro e um sistema eleitoral com voto em lista partidária com igualdade de gênero e proporcionalidade idêntica para todo o país na Câmara Federal.**

g) Por fim, mas não por último pois a atualização programática do PT vai além

destas questões imediatas a serem defendidas e propagandeadas na atual campanha eleitoral, precisamos atualizar e assumir nossa luta estratégica nas funções do Estado nas áreas financeira, empresas públicas, concessões/privatizações, na crise atual das instituições internacionais, na defesa e construção da unidade do continente latino-americano e outros temas. Retomar e atualizar um programa.

Neste ano eleitoral, assume importância singular **o fortalecimento da ação unitária do campo democrático, popular e socialista. Em quase todo o país, a unidade das Federações da esquerda está sendo realizada.** Mas, é uma grande oportunidade de sairmos com essa unidade fortalecida com o PSB, o PDT e com outros partidos do campo da esquerda com ou sem representação parlamentar em uma Frente Política em torno da candidatura Lula - Alckmin com um grau de identidade orgânica e programática superior a frente eleitoral ora em construção.

Vimos ao longo do texto a rendição ao neoliberalismo dos partidos da direita e do centro democrático no Brasil. **Fortalecer e organizar uma aliança de esquerda orgânica, sólida, que se expresse com unidade programática em todos os Estados, respeitando a identidade de cada Partido, será uma vitória do campo popular no Brasil.** Diante da crise e da fragilidade nacional dos partidos da centro-direita que surgiram no ciclo 1980 até hoje, a possibilidade de uma Frente de esquerda em torno da defesa da chapa Lula significaria uma dupla vitória neste ano de 2026.

Porto Alegre, maio de 2026
Raul Pont
Professor e membro do DE/RS - PT

ANEXO

Composição dos Principais Partidos após 1982 (10)

Partido	1982	1986	1990	1994	1998	2002	2006	2010	2014	2018	2022	Atual (9)
PDS (1)	23 5	33	42	52	60	49	41	44	38	37	47	51
PMDB (2)	20 0	260	10 8	10 7	83	74	89	78	66	34	42	35
PDT	23	24	46	34	25	21	24	26	19	28	17	12
PTB	1 3	17	38	31	31	26	22	22	25	10		
PT (5)	8	16	35	49	58	91	83	88	69	56	68	71
PFL (3)		11 8	83	89	10 5	84	65	43	21	29	59	43
PCB (4)		3	3	2	3	15	22	12	10	8	5	2
PDC		5	22									
PC do B (5)		3	5	10	7	12	13	15	10	9	6	6
PSB		1	11	15	19	22	27	34	34	31	14	17

PSC		1	6	3	2	1	9	17	13	9		
PL (8)		6	16	13	12	26	23	40	34	33	99	92
PRN			40	1			3	1	2	2		
PSDB (7)			38	62	99	71	66	53	54	29	18	21
PMN			1	4	2	1	3	4	3	3		
PSD			1	3	3	4			36	34	42	51
PV (5)				1	1	5	13	14	8	4	6	6
PSOL (6)							3	3	5	10	14	16
SOLIDAR							2	2	5	6	4	6

PRB/ REPL UBIC ANOS							1	8	21	30	41	43
POD EMO S									4	7	18	25
PSL					1	1		1	1	52		
NOVO										8	5	3

- (1) PDS - PPR e hoje PP
- (2) Hoje MDB
- (3) PFL - DEM, hoje UB
- (4) PCB, PPS hoje cidadania
- (5) Federação: PT, PV e PC do B
- (6) Federação: PSOL e REDE
- (7) Federação: PSDB e cidadania
- (8) PL - P da República e hoje PL
- (9) Composição atual da Câmara Federal após “janela de março” de 2026.
- (10) Composição atual “pós janela”, sem alguns Partidos e sem publicação oficial da Câmara.

Fonte: DIAP